

TJMG

I N F O R M A T I V O

TJ debate 20 anos da Constituição

No dia 5 de outubro, a Constituição Federal completa 20 anos. Para celebrar a data, o TJ realizou, no mês passado, um seminário com o tema *O Poder Judiciário nos 20 anos da Constituição Cidadã*. Dentre as várias palestras, o ex-presidente do STF, ministro Carlos Velloso, fez um resgate histórico do papel do Judiciário ao longo das constituições brasileiras. O debate sobre itens importantes e avanços da Constituição pode ser conferido neste *TJMG Informativo*.

(Páginas 6 e 7).

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - OUTUBRO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 132



Uma nova etapa

“Não existe justiça fora do coração do homem iluminado por sua fé.” Essa frase foi pronunciada pelo cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, na missa de posse do novo presidente, desembargador Sérgio Antônio de Resende, no último dia 4 de setembro. Essas palavras associam justiça ao amor e também à luz da fé. Realmente, esses são ingredientes imprescindíveis à missão dos magistrados e servidores.

Sem afeto e dedicação, tudo fica sem gosto, “sem sal”, como se diz popularmente. É preciso atribuir sentido ao trabalho, renovando o compromisso a cada etapa que se inicia.

Para que a atual gestão tenha bons resultados, é necessário o esforço de todos. Somente com o empenho de cada um será possível realizar o máximo possível, dentro das possibilidades e, até mesmo, superando adversidades.

No discurso de posse, o desembargador Sérgio Resende deixou claro que o seu maior anseio é estruturar a Justiça de Primeira Instância, enaltecendo o trabalho do juiz e do servidor, com o espírito voltado para o jurisdicionado.

São palavras do presidente: “Quem profere a sentença de condenação, quem assina o mandado de prisão, quem resolve os conflitos e, por óbvio, sempre desagrada uma das partes, quem vai às compras, quem leva o filho à escola, quem comparece diariamente ao fórum, sempre sem nenhu-

ma proteção, é o juiz de direito, de todos conhecido na pequena comunidade.”

Neste mês de outubro, em que se comemora o Dia do Servidor, além da oportunidade de comemoração das conquistas obtidas, torna-se importante uma reflexão sobre o papel das instituições públicas. Cada vez mais, o enfoque tem sido a profissionalização e o aprimoramento constante.

A sociedade tem cobrado eficiência do serviço público e tem demonstrado intolerância com os desacertos, principalmente os relacionados à morosidade, no caso do Judiciário.

Tem ocorrido intensa divulgação sobre as maiores causas da lentidão das decisões judiciais, entre elas a própria legislação permissiva e o desrespeito ao pacto federativo, tornando a Justiça Estadual mera passagem para os tribunais de Brasília.

Os problemas estruturais e crônicos precisam de soluções grandiosas, fora do alcance daqueles que estão envolvidos, cotidianamente, na prestação jurisdicional. No dia-a-dia, é possível que cada um faça a sua parte, da melhor maneira possível.

Como disse Dom Serafim, confirmando a importância de todos aqueles que ajudam a solucionar conflitos: “A minúcia das leis não traz a beleza da justiça.” A verdadeira beleza está nas mãos de quem faz a justiça.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendentes de Comunicação: Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia Simões;

Assessor de Comunicação Institucional: Ronaldo Ribeiro; **Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;

Editores e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RG nº MG 04592/JP; **Revisão:** Ione Bernadete, Patrícia Melillo e Daniel Oliveira;

Design Gráfico: Shirley Moraes, Úrsula Baião;

Ilustração: Daniel Fantini; **Fotolito e Impressão:**

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Posse de desembargadores

Mais dois magistrados foram promovidos a desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais neste semestre. Electra Maria de Almeida Benevides, natural de Almenara/MG, e Eduardo César Fortuna Grion, de Niterói/RJ, foram empossados no cargo de desembargador no dia 25 de agosto, em solenidade realizada no Salão do I Tribunal do Júri do Fórum Lafayette. A nova desembargadora integra a 10ª Câmara Cível e o desembargador Eduardo César é integrante da 3ª Câmara Criminal.



Rossona de Souza

Judiciário com Qualidade

Renata Mendes



O desembargador Marcelo Rodrigues (ao centro) coordenou o evento

Renata Ferrer

A busca por uma Justiça célere, eficiente, bem administrada e que corresponda aos anseios do cidadão ganhou, nos últimos anos, uma ferramenta importante, derivada de parâmetros da iniciativa privada: o Sistema de Gestão pela Qualidade.

Tendo em vista a necessidade de difusão da cultura da qualidade, o Tribunal realizou recentemente o seminário *Qualidade no Judiciário – Certificação ISO 9001:2000*, promovido pela Gerência de Formação Permanente (Gefop) da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e coordenado pelo desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, da 11ª Câmara Cível.

O sucesso do evento pode ser comprovado pelas 321 inscrições, apenas em Belo Horizonte. Além disso, estiveram presentes dezenas de autoridades convidadas e magistrados mineiros e de outros Estados, além de servidores, assessores e advogados. Participaram como palestrantes, dentre outros, o vice-governador do

Estado, Antônio Augusto Junho Anastasia, e os ministros do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia Antunes Rocha.

De acordo com o coordenador do evento, desembargador Marcelo Rodrigues, a metodologia da gestão pela qualidade é mundialmente reconhecida como a melhor solução para os problemas relacionados à morosidade do Judiciário. “A gestão pela qualidade amplia a visibilidade do Judiciário à sociedade, aumentando a transparência em virtude da disponibilidade de indicadores estatísticos precisos e confiáveis, ponte na mudança da cultura burocrática para uma cultura gerencial pautada em resultados e destinada aos cidadãos”, afirmou.

Premiação

No seminário, o ministro Lewandowski contou que os esforços de qualificação de

seu gabinete foram motivados principalmente pela sobrecarga de trabalho do Judiciário. O ministro destacou que, com ações baseadas na Certificação ISO 9001:2000, seu gabinete já alcançou resultados palpáveis, como a redução do acervo processual de 12.500 para 6.500 processos.

A ISO 9001 é uma norma internacional para sistemas de Gestão pela Qualidade, presente em 170 países. A certificação é conferida pela ISO (International Organization for Standardization – Organização Internacional para Padronização), com sede na Suíça, por meio de entidades credenciadas em cada país. O Brasil conta com 9.014 organizações, instituições ou departamentos certificados. Para conseguir a certificação ISO 9001, a instituição deve se ajustar a padrões de qualidade e passar por auditorias externas.

No TJMG, já tiveram início os procedimentos para a certificação ISO 9001 dos gabinetes dos desembargadores Marcelo Guimarães Rodrigues e Albergaria Costa, e também do Cartório da 11ª Câmara Cível. “A idéia é motivar magistrados e servidores a se preocuparem com a gestão pela qualidade. O ideal é que cada setor do Tribunal consiga a certificação”, acredita o desembargador.

A gestão pela qualidade amplia a visibilidade do Judiciário à sociedade, aumentando a transparência em virtude da disponibilidade de indicadores estatísticos precisos e confiáveis”

TJ inaugura novos endereços eletrônicos

Rachel Barreto

Já estão em operação os novos endereços do Portal do TJMG e dos *e-mails* do Tribunal, com a terminação *jus.br* substituindo a antiga, *gov.br*. A mudança segue a Resolução 41 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em setembro de 2007, que estabeleceu diretrizes para a integração e padronização dos *sites* do Poder Judiciário.

Com relação à padronização, o objetivo do CNJ foi instituir uma nomenclatura clara e intuitiva, para facilitar o acesso do cidadão às informações. Assim, por exemplo, todos os tribunais estaduais passarão a adotar endereço similar: *www.tjuf.jus.br*, sendo que, em cada um, as letras uf são substituídas pela sigla do Estado. Esta mudança não afetou os endereços do TJMG, que já estavam adequados ao padrão proposto.

Até dezembro, os dois endereços vão funcionar juntos. A partir de 2 de janeiro de 2009, os endereços *gov.br* serão desativa-

dos, tanto para páginas na *internet* quanto para *e-mails*.

Mais segurança

A maior novidade trazida pelo *jus.br* é a segurança, pois o CNJ estabeleceu padrões que precisam ser atendidos antes da alteração.

“Com o advento do processo eletrônico, é ainda mais necessário garantir a integridade do Portal. Temos que manter 100% da vigília em todos os *sites* que passam a integrar os serviços essenciais da justiça”, afirma o gerente Denilson dos Santos Rodrigues, da Gerência de Infra-Estrutura Tecnológica (Getec), subordinada à Diretoria Executiva de Informática (Dirfor).

Os endereços *jus.br* utilizam um padrão internacional que reduz o risco de manipulação de dados, através de tecnolo-

gia de criptografia com uso de chaves públicas. A cadeia de segurança assegura a integridade de conteúdo, evitando ataques, validando os dados e garantindo a origem das informações.

Mas Denilson alerta que a segurança na *internet* é um objetivo a ser perseguido constantemente, com serviços de prevenção e detecção. “Para garantir a integridade do site, temos que verificar os furos de segurança todos os dias, implementar novos dispositivos o tempo todo, é um trabalho contínuo”.

Mudanças para os usuários

Os usuários que têm contas de *e-mail* do TJMG não precisarão se recadastrar, pois a mudança será automática. Hoje, ao acessar o *webmail*, já é possível receber mensagens enviadas com a terminação *jus.br*. A partir de janeiro, os *e-mails* que forem enviados também passarão a exibir a nova terminação. Apenas os usuários do *software Outlook Express* terão que reconfigurar suas contas, mas é uma mudança no programa, não no próprio *e-mail*.

A partir de setembro, o servidor de *e-mail* do Tribunal vai acrescentar, automaticamente, um aviso no rodapé de todas as mensagens enviadas, informando a futura troca de endereço. Dessa forma, espera-se que, até janeiro, todos já estejam habituados aos novos endereços, evitando possíveis transtornos.

A até dezembro, os dois endereços vão funcionar juntos. A partir de 2 de janeiro de 2009, os endereços *gov.br* serão desativados

De bem com a saúde



Conhecer a própria saúde e entender de que forma a relação com o trabalho pode interferir no bem-estar físico e psíquico são alguns dos objetivos do exame periódico de saúde. A avaliação é promovida pela Diretoria Executiva de Recursos Humanos (Dearhu), por meio da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat).

O exame permite que a equipe de saúde identifique e trabalhe na prevenção de doenças, muitas delas silenciosas. A avaliação também contribui para que os profissionais da Gersat detectem problemas que possam de alguma forma comprometer a qualidade de vida no trabalho.

Segundo a gerente de Saúde no Trabalho, em substituição, Daniela Hipólito de Carvalho, em primeiro lugar, o servidor ou magistrado preenche um questionário. As questões tratam do estado

geral de saúde e abordam as condições de trabalho e as patologias que podem estar a elas associadas.

Depois dessa primeira etapa, o servidor ou magistrado é submetido a uma avaliação clínica. De acordo com a indicação de cada caso, podem ser solicitados exames complementares. O médico da Gersat, Eduardo Luiz Nicolau Osório, esclarece que uma das propostas do exame periódico de saúde é avaliar as condições do ambiente de trabalho, verificando também suas repercussões na saúde de cada indivíduo.

A meta do exame, segundo a equipe da Gersat, é prevenir o processo de adoecimento que, muitas vezes, leva a afastamentos prolongados do trabalho. "A pessoa que está bem, trabalha melhor", lem-

bra Catarina Mafra, coordenadora da Qualidade de Vida do TJMG em substituição. Ela explica que para incentivar a adesão de todos ao exame periódico, o contato com magistrados e servidores é feito de forma personalizada. "Fazemos uma sensibilização dos gerentes de cada setor, no sentido de favorecer a liberação e o comparecimento dos servidores", explica.

Nas comarcas do interior, o exame periódico de saúde é feito pelos médicos responsáveis pelos Pólos Regionais de Saúde, em parceria com os juízes diretores do Foro. O exame tem um alto índice de adesão de magistrados e servidores.

Na capital, o agendamento para a realização do exame periódico é feito pela equipe do Serviço Social da Gersat, que faz contato por setor. Outras informações sobre o exame podem ser obtidas pelo telefone (31) 3247-8781.

A pessoa que está bem, trabalha melhor"

Para o médico Eduardo Osório uma das propostas do exame periódico é avaliar as condições do ambiente de trabalho



Rosanna Souza

Especialistas avaliam os 20 anos da Constituição

O Seminário realizado no TJJ marcou o aniversário da Constituição



Rossana Souza

Edson Junior

A data: 5 de outubro de 1988. **O fato:** promulgação da Carta Magna brasileira.

Depois de 19 anos sob o comando das emendas constitucionais de 1969, que alteraram significativamente a Constituição de 67, conhecida por muitos historiadores como Constituição do Terror, (absorvia instrumentos ditatoriais como o AI-5 de 1968 e nela, predominavam o autoritarismo e o arbítrio político), entra em cena a Constituição Cidadã, como a denominava o então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado federal Ulysses Guimarães. Com 250 artigos na parte permanente e 94 nas Disposições Transitórias, a Constituição Federal já sofreu 56 emendas nos seus 20 anos de vigência, completados neste mês de outubro.

Para marcar o aniversário, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) promoveu, no mês passado, um seminário com o tema “O Poder Judiciário nos 20 Anos da Constituição Cidadã”. Na palestra magna, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, fez um resgate histórico do papel do Judiciário ao longo das constituições brasileiras. Para ele, desde a primeira Constituição Republicana, de 1891, o papel político do Judiciário vem crescendo e se tornou ainda mais evidente no texto de

1988. Sobre esse e outros temas ligados à Constituição Federal, o *TJMG Informativo* ouviu o desembargador da 3ª Câmara Cível do TJMG, autor do livro *Direito Constitucional (Teoria do Estado e da Constituição)*, Kildare Carvalho, e o professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG, José Luiz Quadros de Magalhães, ambos palestrantes do seminário.

Consolidação da democracia

Para o professor José Luiz, mesmo com a perda de alguns direitos sociais, resultantes das emendas, a Constituição de 88 continua sendo extremamente avançada, sobretudo no seu papel na consolidação da jovem democracia brasileira. “Apesar de ter sido bastante agredida nesses 20 anos, a nossa Constituição continua muito democrática, especialmente nos mecanismos de proteção aos direitos fundamentais da pessoa”, afirma o professor. “Nós temos uma grande declaração de direitos individuais, sociais, políticos e econômicos. Tivemos avanços importantes também na estrutura institucional brasileira, como na consolidação do federalismo, passando a ter o município também como ente federado.”

Outro ponto positivo ressaltado por

ele é a maior autonomia do Ministério Público, que se firma como um “quarto poder”, com a função de fiscalizar os demais. “A tendência no mundo inteiro é que tenhamos cada vez mais um poder de fiscalização, como a *Fiscalía General*, prevista na Constituição da Venezuela. No Brasil, esse papel vem sendo exercido com muita competência pelo Ministério Público”, explica José Luiz.

O professor afirma, no entanto, que, no aspecto separação/independência dos poderes, ainda existe uma certa confusão. Ele vê com preocupação o exercício de certo papel político por parte do Poder Judiciário, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e acredita que isso se deve em parte à omissão do Poder Legislativo. “Quando o Poder Legislativo não cumpre sua primeira função, que é debater os grandes temas nacionais, e se dedica exclusivamente à instalação de CPIs, que também é sua função, mas não a primordial, nós temos o Executivo e, mais recentemente, o Judiciário, invadindo essa esfera legislativa”, argumenta José Luiz. “O espaço do debate político é o parlamento; portanto não cabe ao juiz escolher políticas públicas.

O papel do Judiciário deve ser o de guarda da Constituição e do ordenamento jurídico.” Para ele, uma das maneiras de minimizar o problema seria a mudança no modo de serem indicados os ministros do STF, com a instituição de um mandato, talvez de nove anos, com renovações de três em três anos e com a participação mais ativa da sociedade na escolha dos ministros.

Apesar de ter sido muito agredida nesses 20 anos, a nossa Constituição continua democrática”

Composição do Supremo

Na opinião do desembargador Kildare Carvalho, a forma de escolha dos ministros do STF só deveria ser alterada caso o órgão se transformasse em corte constitucional. “A atual forma de composição do Supremo é compatível com o sistema presidencialista de governo e não deve ser alterada, a não ser que o STF se transforme em corte constitucional, como acontece na Europa, onde algumas cortes têm composição híbrida, sendo parte dos membros indicada pelo Executivo, parte pelo Legislativo e parte pelo próprio Judiciário”, argumenta o desembargador. Ele não acredita que a indicação pelo presidente da República influencie no resultado dos julgamentos no STF. “Pode haver um sentimento de gratidão por ter sido indicado, mas não creio que haja uma submissão dos ministros ao chefe do Executivo. Tanto que, durante o regime militar, até mesmo ministros indicados pelos generais chegaram a votar contra o Governo.”



A desembargadora Jane Silva foi uma das palestrantes



Professores e Juristas discutem as conquistas e as dificuldades da Constituição

Século do Judiciário

O desembargador define a Constituição de 1988 como um “marco do Estado Democrático de Direito”, de princípios e direitos sociais. Para ele, o texto avança na medida em que incorpora questões como o direito ambiental, o direito à paz, os direitos coletivos. “São princípios que a tornam uma Constituição de terceira geração”, explica o magistrado. Kildare Carvalho destaca a importância que o Poder Judiciário tem na garantia da implementação das diretrizes contidas na Carta Magna. “Apesar de a Constituição estar completando 20 anos, ainda existe uma certa resistência por parte de alguns, sobretudo na implementação dos direitos sociais, como saúde, educação, moradia etc. Assim, cabe muitas vezes ao Poder Judiciário assegurar ao cidadão esses direitos. Eu costumo dizer que o Século XXI é o Século do Poder Judiciário, assim como o XX foi do Executivo e o XIX do Legislativo.”

Comparações

O desembargador Kildare Carvalho e o professor José Luiz fazem coro ao afirmar que a comparação da Carta Magna do Brasil com a dos Estados Unidos é inadequada. Para eles, o fato de ser extensa e detalhada faz da Constituição um reflexo do próprio ordenamento jurídico brasileiro, muito mais próximo do europeu do que do norte-americano. “Ocorre que, para estudarmos a Constituição norte-ameri-

cana, precisamos conhecer não só o texto em si, mas toda a jurisprudência a partir dele, porque certamente a interpretação do texto constitucional foi sendo alterada ao longo desses dois séculos”, afirma o desembargador. O professor concorda. “Por ser pequena e de princípios gerais, a Constituição dos Estados Unidos dá margem a diversas interpretações. Ao contrário, nossa Constituição é analítica, com cada tema tratado de maneira bem específica, o que a torna menos suscetível a interpretações divergentes”, explica.

Planejamento estratégico vai definir prioridades

Renata Mendes



A equipe da Seplag visa traduzir em planejamento as demandas do TJMG

Nanci Andrade

Formação e informatização. Essas são as duas vertentes a serem contempladas pelo planejamento do TJMG nos próximos anos, avalia a secretária executiva da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), Maria Cecília Belo. Segundo a secretária, a maioria das demandas apresentadas pelas áreas aponta para a necessidade de se investir em formação do quadro funcional e em desenvolvimento tecnológico. Quanto às prioridades definidas pela nova Presidência do Tribunal, Maria Cecília ressalta que a intenção é priorizar ações que contribuam para o atendimento das necessidades de funcionamento da Primeira Instância. Segundo ela, a atuação da Seplag tem como foco promover o alinhamento de ações e proporcionar um clima de participação, diálogo e transparência, com vistas à promoção de um ambiente melhor de trabalho.

Integração

Maria Cecília defende maior integração da Seplag com as diversas diretorias executivas, de maneira a atuar como facilitadora da solução dos problemas mais complexos. A secretária antecipou que devem ser mantidos os projetos já iniciados, como nas áreas de informática e de obras.

Dentre as mudanças previstas, a secretária acrescenta que alguns procedimentos do Planejamento Estratégico deverão ser revistos, para torná-los mais simples e mais adequados à realidade orçamentária. Esclarece que o planejamento de médio e longo prazos serão estabelecidos dentro de uma visão institucional independente das conjunturas políticas internas, que possibilitem a implementação de melhorias sem comprometimento futuro do equilíbrio orçamen-

tário e financeiro do Tribunal.

Maria Cecília lembra que é preciso trabalhar dentro da realidade do orçamento, tendo em vista o comprometimento crescente dos gastos de pessoal do Poder Judiciário em relação à evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado. Enquanto o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 5,1645% da RCL, o comprometimento da folha aumentou de 4,85% em 2005 para 5,06% em 2006 e 5,40% em 2007, sendo que a projeção para 2009 chega a 5,6%.

A periodicidade das reuniões do Comitê Executivo, integrado pelas diversas diretorias do Tribunal, também deverá ser alterada. A previsão é que elas sejam realizadas mensalmente.

Transparência e diálogo

Uma das primeiras medidas tomadas por Maria Cecília ao assumir a Seplag, no mês passado, foi reunir sua equipe interna para conhecer detalhadamente os projetos em andamento na Secretaria Executiva. O segundo passo foi reunir-se separadamente com cada uma das diretorias executivas do Tribunal, quando foram levantados os principais projetos e suas dificuldades de operacionalização. Em seguida, o objetivo é voltar a reuni-las, uma a uma, para promover os ajustes necessários no orçamento de 2009 e estudar formas alternativas de ampliação de receitas e diminuição de custos. A revisão dos contratos dos correios e das despesas com locação de imóveis para arquivo são algumas das medidas estudadas.

Unificar os critérios de regionalização, ampliar a atuação do fórum permanente criado entre a Corregedoria e a Ordem dos Advogados do Brasil e rever a questão do

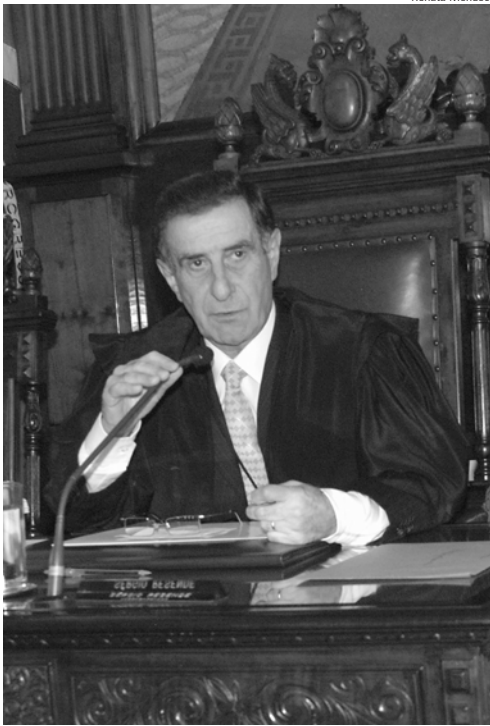
protocolo integrado são outras medidas em estudo. A manutenção de um diálogo transparente com as entidades sindicais é outro ponto defendido por Maria Cecília.

Redesenho

Quanto ao redesenho da Primeira Instância, Maria Cecília esclarece que a proposta existente será apreciada, primeiro, internamente pela Seplag para então, serem desenvolvidos os estudos que se fizerem necessários, buscando envolver diversas áreas do Tribunal. A secretária destaca o empenho da administração em implantar o redesenho, o que, no entanto, não poderá ser feito a curto prazo, dada a escassez de recursos. Nesta gestão também pretendemos colocar em dia as promoções verticais de 2006 e 2007 e concluir os estudos referentes à reformulação do plano de carreiras, ressalta. A secretária executiva acrescenta, no entanto, que não se pode perder de vista a realidade orçamentária do Tribunal.

Com a realização das reuniões setoriais e da revisão das prioridades institucionais, a Seplag espera consolidar o planejamento estratégico do Tribunal ainda no final do mês de outubro, conclui Maria Cecília.

Nesta gestão, pretendemos colocar em dia as promoções verticais de 2006 e 2007”



Renata Mendes

A meta é estruturar a Justiça de Primeira Instância

O presidente Sérgio Resende declara que está pronto para fazer o melhor

Vanderleia Rosa

O novo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Sérgio Antônio de Resende, é conhecido pelo seu jeito amigável, espontâneo e alegre. É esse clima de entusiasmo que ele pretende levar para todo o Judiciário depois de anunciar que um de seus anseios é estruturar a Justiça de primeiro grau. Natural de Sacramento, o desembargador Sérgio Resende ingressou na magistratura em 1966. Foi juiz das comarcas de Poço Fundo, Nova Ponte, Cássia, São Sebastião do Paraíso, Divinópolis e Belo Horizonte, além de ter atuado como juiz substituto nas comarcas de Machado, Ibiraci, Cláudio e Santo Antônio do Monte. Foi promovido, por merecimento, ao extinto Tribunal de Alçada em 1988. Em 1994, tomou posse como desembargador. Entre 2004 e 2006, exerceu o cargo de 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Nesta entrevista, ele reforça a idéia de que não gosta de fazer promessas, mas está pronto para fazer o melhor pelo Judiciário.

TJMG Informativo - Assumir a Presidência do TJMG significa enfrentar muitos desafios, necessidades e problemas. Que características deve ter o magistrado que assume tal função?

SR - Penso que é fundamental manter um diálogo franco e aberto com magistrados e servidores, ouvir as necessidades e estabelecer as prioridades.

des. Tenho afirmado que não quero fazer promessas, porque, se prometemos, precisamos cumprir, mas vou me empenhar para fazer o melhor possível, com o espírito voltado para o jurisdicionado.

TJMG Informativo - Quais as prioridades desta Gestão?

SR - Estruturar a Justiça de

Primeira Instância é um dos meus maiores anseios. O TJMG, em pesquisa do Supremo Tribunal Federal, ficou entre os três mais eficientes do Brasil. Esse sucesso, em razão da estrutura da 2ª Instância, precisa ser levado à 1ª Instância que, melhor aparelhada, terá plenas condições de atender aos anseios da sociedade.

TJMG Informativo - Os projetos e programas sociais (Conciliação/Novos Rumos/IPAI-PJ) do Tribunal de Justiça vêm demonstrando resultados positivos. Há previsão para implementação de novos projetos e/ou aprimoramento dos já existentes?

SR - Essas iniciativas têm representado um grande benefício para a sociedade e para a imagem do Judiciário de Minas. Sendo assim, elas serão mantidas e ampliadas na medida do possível. Novas idéias também serão acolhidas. Aliás, iremos incentivar a participação de todos nesse sentido.

TJMG Informativo - Como equilibrar as decisões da Presidência de forma a contemplar os seus públicos interno e externo?

SR - Creio que, se o trabalho é bem feito e tem um alto grau de reconhecimento pela sociedade, conseqüentemente, teremos magistrados e servidores realizados e felizes com suas atividades. É preciso con-

siderar também que pessoas mais motivadas trabalham de forma mais eficiente. Sendo assim, é necessário ter boas condições e um bom ambiente de trabalho dentro da instituição – e precisamos estar atentos a isso -, para que os efeitos sejam sentidos pela comunidade. E a satisfação da sociedade alimenta o desejo de fazer melhor.

TJMG Informativo - Como o Sr. avalia o papel da comunicação dentro de uma instituição como o TJMG, até pouco tempo considerada distante da população?

SR - A comunicação é fundamental tanto interna quanto externamente e será mais efetiva quanto mais ela for autêntica, pontual e puder anunciar boas notícias ou, pelos menos, boas iniciativas e boas intenções, visando ao necessário aprimoramento da instituição.

TJMG Informativo - Como será conduzida a construção da nova sede do TJMG?

SR - Como disse ao tomar posse, as obras seguirão seu cronograma. A construção já foi iniciada e não interessa à sociedade e ao serviço público a paralisação de uma obra, - a própria legislação vigente é taxativa no sentido dessa necessária continuidade. No entanto, não é a prioridade desta gestão e não irei sacrificar outras necessidades em função da nova sede.

Entidade apóia menor infrator em Patrocínio

Marcos Xavier

"O Ciaap me ajudou a recuperar muitas coisas que eu já fiz e está me ajudando a largar as drogas e a parar de brigar". Esse depoimento foi dado por um adolescente que cumpre medida sócio-educativa de internação provisória no Centro de Integração e Apoio ao Adolescente (Ciaap) de Patrocínio.

O Centro foi criado em 2001, pela então juíza da Vara da Infância e Juventude da cidade, Flávia Birchal de Moura (hoje titular do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte), juntamente com um grupo de pessoas da comunidade, diante do número crescente de casos de furto, roubo, uso de drogas e até homicídios envolvendo adolescentes.

Com uma equipe multidisciplinar que inclui psicólogo, assistente social, pedagogo, enfermeiro, assistente de enfermagem, educador físico e professor de informática, o Ciaap ofe-

rece uma gama de atividades aos menores infratores que facilitam sua reintegração à sociedade.

"A atuação do Ciaap reduziu bastante a criminalidade infantil na região", destacou Ronaldo de Oliveira, diretor geral da entidade. A comarca de Patrocínio abrange também os municípios de Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre e Guimarães, que somam, com Patrocínio, aproximadamente 110 mil habitantes.

Atividades

Além de uma escola estadual regular de 1º e 2º graus, que funciona dentro do Ciaap, os internos contam com aulas de informática, esportes, música, marcenaria, artesanato, educação em saúde, oficinas terapêuticas, palestras e horticultura.



A atuação do Ciaap reduziu bastante a criminalidade infantil na região"

O Ciaap é mantido pela Secretaria de Estado de Defesa Social e conta com o apoio do Poder Judiciário local, além de ter parceria com várias entidades. Alunos do Centro Universitário do Cerrado de Patrocínio (Unicerp), através de convênio, estagiam no Ciaap. Há quatro meses, alunos do curso de Fisioterapia da universidade participam do projeto *Acolher*, que promove para os internos palestras educativas e de motivação, orientações posturais e ergonômicas, alongamentos e dinâmicas de reflexão.

Há também uma parceria com o Serviço Nacional da Indústria (Senai), que recebe adolescentes do Ciaap para fazerem os cursos oferecidos, desde que apresentem os pré-requisitos necessários. A entidade recebe ainda doações de várias empresas, como a Cooperativa dos Produtores Rurais de Patrocínio, que doa leite aos internos.

A desembargadora Cláudia Maia, da 13ª Câmara Cível do TJMG, visitou a entidade recentemente e ficou impressionada com a readaptação dos menores. "O Ciaap é muito organizado e bem instalado e vê-se que todos trabalham ali com amor", destacou.

Divulgação



Atividades profissionalizantes fazem parte da rotina no Ciaap

Fórum do Barreiro completa três anos



Rossana Souza

Durante a visita do corregedor, o juiz Luiz Carlos de Azevedo falou sobre a experiência das varas regionais

Francis Rose

Os três anos de inauguração do Fórum Regional do Barreiro foram comemorados com a visita, no dia 9 de setembro, do corregedor-geral de Justiça, desembargador José Francisco Bueno. A visita serviu não apenas para que o corregedor-geral conhecesse as dependências das varas regionais. O magistrado teve também a oportunidade de comprovar a procura crescente dos moradores do Barreiro pelo Judiciário mineiro. Ao final, o corregedor-geral foi homenageado.

Durante a visita, além do corregedor-geral, também foram homenageados o juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça e diretor do Foro da capital, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, também diretor do Fórum do Barreiro, e o deputado estadual Célio Moreira. A homenagem foi feita pelos servidores e magistrados que trabalham no local.

Atualmente, o Fórum Regional do Barreiro tem três varas, onde é possível ajuizar diversos tipos de ações cíveis. O local tem competência exclusiva para os feitos de família. Ou seja, no caso das ações cíveis em geral, os moradores podem escolher se desejam ingressar na Justiça indo ao Fórum Lafayette ou ao Fórum Regional. No entanto, nos casos de família, o cidadão necessariamente só pode recorrer às varas regionais. Assim, para facilitar a vida do ci-

dadão, o sistema faz a distribuição automática para as varas regionais dos casos de família envolvendo moradores do Barreiro.

Experiência vitoriosa

Para o juiz Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, o trabalho no local vem se consolidando, mostrando que a experiência regional é vitoriosa. “A instalação das varas regionais é inédita no Estado e a tendência é que a distribuição de processos só aumente no local”, opina Luiz Carlos.

O juiz explica que a Comissão que disciplina a Organização e Divisão Judiciárias estuda agora a possibilidade de ampliar a competência das varas do Barreiro. Na prática, isso permitiria que outros tipos de ações, hoje restritas às varas do Fórum Lafayette, pudessem tramitar no local.

Descentralização

O juiz que atua no Fórum Regional desde a sua instalação, Wilson Almeida Benevides, lembra que o Barreiro, tem em torno de 400 mil habitantes e atividade

econômica intensa. “A criação de varas regionais partiu da constatação do Tribunal de que não é possível ter uma unidade jurisdicional que funcione em um só local. A descentralização da Justiça traz muitas vantagens”, afirma. Entre elas, está a possibilidade de o cidadão ter acesso a um serviço que está mais perto de sua casa, sendo desnecessário o deslocamento até o Barro Preto, o que diminui o fluxo de pessoas nas imediações do Fórum Lafayette. A vara regional também aproxima a Justiça da população.

No Fórum Regional do Barreiro, foram distribuídos 343 processos em junho, o que garante uma média superior a 100 ações por juiz. “O que tem dificultado o nosso trabalho é o fato de que faltam defensores públicos para atender à demanda. Grande parte da população do Barreiro não tem condições de contratar um advogado”, lembra o juiz. Atualmente, dois defensores públicos trabalham no local.

Os juízes que trabalham nas varas regionais – Wilson Almeida Benevides, Delvan Barcelos Júnior e Maura Angélica de Oliveira Ferreira – acreditam que a discussão sobre ampliar a competência no Barreiro é positiva. “Poderíamos receber casos envolvendo os registros públicos, como a mudança de nomes e os proclamas de casamento, e sucessões. Também poderíamos atuar no caso das cartas precatórias, ouvindo as pessoas intimadas sem que elas tivessem que se deslocar até o Fórum Lafayette”, sugerem.

O que tem dificultado nosso trabalho é o fato de que faltam defensores públicos para atender à demanda.”



Obra de Bernardo Gouveia

O Quinto Enigma de Bernardo Gouveia

Rosana Maria

Derivações Sobre o Quinto Enigma é o título da exposição do artista plástico de Belo Horizonte, Bernardo Gouveia, que pode ser vista na Galeria de Arte do Fórum Lafayette até o dia 31 de outubro.

A exposição apresenta uma cópia da pintura *Quinto Enigma* - produzida em 2005 - que norteia toda a mostra. A partir dela, estão dispostos aquarelas, desenhos e pinturas, inspirados na imagem matriz e a ela, ainda, conectadas, como sugere a montagem em linha.

Alguns anos atrás, o artista produziu uma série com 19 pinturas, cada uma se referindo a um "enigma" presente no *Réquiem* inacabado do compositor

austríaco Wolfgang Amadeus Mozart. Os trabalhos participaram de mostra e foram comercializados, sem que as destinações fossem registradas. Com Bernardo, ficaram apenas as imagens digitalizadas.

O *Quinto Enigma* representa o casamento do sol e da lua, que daria origem à *Pedra Filosofal*, segundo ele. A imagem da obra provocou no artista o ímpeto de produzir desenhos e aquarelas a partir da sua observação.

A Galeria de Arte integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional - Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

Eutanásia é tema do Cineclube TJ

Daniel Oliveira

O direito à vida, inerente a todo ser humano, implica o direito de se dispor dela quando os anseios de seu detentor não são mais atendidos? Essa é a pergunta levantada por *Mar adentro* (2004), longa do diretor espanhol Alejandro Amenábar, que será exibido no próximo dia 30 de outubro, no Cineclube TJ.

Baseado na vida do catalão Ramón Sampedro, o filme conta a luta travada por ele durante 30 anos nos tribunais espanhóis para dar fim à sua vida. Ainda jovem, Ramón ficou tetraplégico após um mergulho no mar, ficando encerrado na cama de seu quarto, dependente de seus amigos e familiares.

O diretor aborda essa história de uma forma poética e exalta os valores da vida que Ramón não consegue mais ex-

perimentar, fugindo ao máximo do melodrama. A difícil questão da eutanásia é ampliada pelo retrato dos amigos e advogados do protagonista, que sofrem com a determinação de Ramón em morrer, mas reconhecem sua lucidez e seu direito sobre a própria vida.

Javier Bardém foi eleito o melhor ator no Festival de Veneza em 2004. *Mar adentro* ainda ganhou o prêmio especial do júri no festival, onde iniciou sua carreira de sucesso internacional, recebendo mais de 50 prêmios no mundo todo - dentre eles, o Oscar de melhor filme estrangeiro.

A sessão no Cineclube TJ é comentada pelo desembargador Sérgio Braga, que faz apontamentos relacionando o filme ao universo do Direito e da Justiça.

Divulgação



Cena do Mar a Dentro

CLICK DO LEITOR



Gláucia Oliveira

A lagoa de Jacumã fica nas belas dunas da cidade de Natal no Rio Grande do Norte. É fascinante a beleza de suas águas, de tom azulado, contrastando com a areia branca das dunas e um pouco mais a frente com o mar de águas cristalinas. Vale a pena conferir!

Gláucia Oliveira - Oficial de Apoio Judicial/Nova Serrana

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.